

RISCOS SOCIOAMBIENTAIS: PENSAMENTOS DE ULRICH BECK

Yoshiya Nakagawara Ferreira¹

Introdução

O presente artigo faz um resgate dos principais pensamentos do sociólogo e filósofo alemão Ulrich Beck, considerado um filósofo que se expressa de forma integrada à sociedade no mundo contemporâneo.

Desde a primeira publicação da sua obra em 1986, *Risikogesellschaft: Auf dem weg in eine andere Moderne*, na língua alemã, a repercussão do seu pensamento se espalhou pelo mundo, acrescentando e reafirmando pensamentos de nível global sobre os riscos que a sociedade atual enfrenta e enfrentará, tendo em vista a forma desorganizada, sem um planejamento socioambiental de grande alcance que a questão ambiental requer.

O cerne das suas ideias foi amplamente conhecido e difundido somente a partir de 1992, após a publicação da tradução inglesa da sua obra, tornando mais fácil a apreensão dos seus pensamentos, em forma de alerta sobre os riscos que a sociedade está exposta, sua governabilidade e as alternativas para enfrentá-los.

Apresentamos uma síntese dos principais pensamentos contidos nas suas obras, fazendo algumas referências sobre a importância destes pensamentos-alerta, difundindo a ideia de *Risk Society*. Entre as inúmeras conferências proferidas recentemente, observamos atentamente a realizada em novembro de 2008, na Universidade de Harvard, na publicação autorizada pelo autor e intitulada *Risk Society's Cosmopolitan Moment*, na qual Beck faz um rápido retrospecto das suas ideias e sintetiza o atual momento, que o autor considera como um momento cosmopolita quando afirma que a “[...] sociologia cosmopolita distingue claramente a si própria de uma universalista, porque ela não parte de algo abstrato [...]”, pois, “[...] segue o caminho empírico e metodológico que outras disciplinas – como a

antropologia, a geografia e a etnologia contemporânea – já tomaram com entusiasmo.” (BECK, 2008a, p.9-10).

Beck inicia a conferência de forma crítica e irônica sobre a sociedade contemporânea: “Com o fanatismo dos convertidos, banqueiros – agora *banksters* uma fusão de banqueiro com gangster aos olhos do público – estão exigindo a intervenção do Estado para cobrir suas perdas”. Em seguida, propõe uma pergunta que exige muita reflexão para uma resposta, a seguir:

Então, será que a forma estatal chinesa de gerir como a indústria privada, até aqui ridicularizada, maldita e temida, também começa a encontrar seu caminho nos centros anglo-saxões do capitalismo *laissez-faire*? Como podemos explicar esse poder revolucionário de riscos financeiros globais? (BECK, 2008a, p. 1).

Beck se refere à ironia do risco e da ambivalência do risco, pois, estar em risco é a maneira de ser e de governar no mundo da modernidade; estar em risco global é a condição humana no início do século XXI (BECK, 2008a, p.1).

Prosseguindo em sua análise propõe outra questão, como um dos eixos de sua exposição sobre a natureza do sentimento de desgraça, atualmente difundido:

[...] qual artifício da história é igualmente inerente à sociedade de risco e emerge com sua realização? Ou, formulando de maneira mais firme: há uma função iluminadora, um momento cosmopolita da sociedade de risco mundial? Assim, quais são as oportunidades da mudança climática e da crise financeira, e que formato elas tem? (BECK, 2008a, p.1).

Beck incorpora o pensamento de que nas fundações do pensamento sociológico europeu há certa nostalgia que nunca desapareceu e que paradoxalmente, essa nostalgia pode ser superada com a teoria da sociedade de risco mundial.

Iniciaremos o texto com algumas considerações gerais sobre a crise ambiental da sociedade contemporânea. Como são ideias mais conhecidas e difundidas, localizaremos alguns aspectos pontuais e emergentes, que indicam a

necessidade inadiável de uma governabilidade solidária, com uma conscientização voltada para a ecologia da mente e da vida, visando um habitar mais qualitativo e digno à sobrevivência neste planeta.

Planeta emergente

Logo após a Segunda Guerra Mundial, houve uma grande corrida para recuperar a organização social e econômica dos países envolvidos nesse sufrágio. A reorganização planejada envolveu a submissão e a expansão de domínios territoriais, onde os direitos humanos e a justiça social ainda não tinham alcançado um estágio de compreensão do desenvolvimento humano. A tecnologia e os conhecimentos científicos tiveram um avanço considerável, como também os meios de comunicação. A difusão tecnocientífica se ampliou de forma acelerada e localizada em algumas regiões de maior interesse econômico ou de dominação política. A industrialização crescente dos países desenvolvidos e países emergentes na época, não teve a preocupação ecossistêmica e ecológica que o momento exigia. Houve um grande crescimento industrial, novas formas de dominação geopolítica se configuraram. Essa mundialização trouxe uma série de consequências que refletiram na qualidade de vida do ambiente e de todos os seres vivos.

Por outro lado, o acelerado crescimento demográfico do mundo, trouxe necessidades emergentes para a qualidade de vida, como também planejamentos socioeconômicos e políticos, que se expandiram além das fronteiras do Estado-Nação. Houve uma alteração na distribuição urbana como rural e, a partir dos meados da década de 1970, ocorreu uma grande mudança no ritmo de crescimento da população urbana: “[...] quando a taxa de crescimento mundial da população urbana subiu e passou a ser o dobro da que teve a população rural [...]”, incremento dado ao enorme aumento populacional das cidades nos países em vias de desenvolvimento (MONTEIRO, 2010, p.8).

Essa nova configuração da distribuição populacional redesenha a necessidade de novas formas de organização e gestão do território, pois essa redistribuição, segundo Monteiro (2010), trouxe novos desenhos, distintos dos séculos anteriores. O tipo de ocupação do solo e de consumo de recursos naturais no planeta é substantivamente diferente do que acontecia na primeira metade do século XX. A população se concentrou principalmente nas cidades, ocupando muito menos espaço per capita, mas com um estilo de vida e padrão de bem estar urbano. Isto, significou um aumento substantivo da sua pegada ecológica.

Com a facilidade dos meios de comunicação no “período tecnocientífico e informacional” (SANTOS, 1994), emerge um mundo com mais riscos de toda ordem, produzindo desigualdades, além de exclusões sociais e econômicas.

A globalização não produz riscos, mas os amplifica, distribui e acentua as desigualdades produzidas pela globalização econômica. Contudo, a ação local será determinante. Ian Burton, Robert W. Kates e Gilbert F. White, geógrafos pioneiros nos estudos dos *hazards*, nos Estados Unidos, afirmam que a percepção dos riscos e as tomadas de decisão, ou seja, as respostas humanas aos riscos, ocorrem nos níveis individual, comunitário e nacional, procurando superar os efeitos negativos dos riscos mediante a percepção individual e grupal. (BURTON; KATES; WHITE, 1978; POLTRONIÉRI, 1988 apud MARANDOLA JR.; FERREIRA, 2004, p.10-11).

Há uma “contingência climática”, que Mendonça (2010), detalha no seu trabalho sobre *Riscos e Vulnerabilidades Socioambientais Urbanos*, onde analisa a urbanização como um processo de dinamização das cidades. Mendonça destaca também a necessidade de inserir o estudo da cidade e o clima, em particular o clima urbano, como um recorte fundamental à compreensão dos problemas urbanos e à sua gestão no presente e no futuro¹.

Um dos últimos pensamentos de Beck sobre a atual situação socioambiental deste planeta é a realidade expressa no cotidiano da nossa vida, não importa o lugar, o país ou a comunidade, tudo está contido numa totalidade que oferece ou recebe influência das nossas ações, individuais ou coletivas: “Vivemos numa sociedade mundial do risco, não só no sentido de que tudo se transforma em decisões, cujas conseqüências se tornam imprevisíveis, ou no sentido das

sociedades de gestão do risco, ou naquele das sociedades do discurso sobre o risco.” (BECK, 2008b, p.1).

Para Beck, a sociedade de risco é,

[...] uma constelação na qual a idéia que guia a modernidade, [...] idéia da controlabilidade dos efeitos colaterais e dos perigos produzidos pelas decisões, tornou-se problemática, uma constelação na qual o novo saber serve para transformar os riscos imprevisíveis em riscos calculáveis [...] mas [...] produz novas imprevisibilidades [...]. Através desta "reflexividade da incerteza", a indeterminabilidade do risco no presente se torna, pela primeira vez, fundamental para toda a sociedade, de modo que devemos redefinir nossa concepção da sociedade e nossos conceitos sociológicos (BECK, 2008b, p.1).

Desta forma, a sociedade mundial de risco gera um “impulso cosmopolita”, que Beck confronta com as ideias anteriores de risco: “[...] no confronto histórico com o antigo cosmopolitismo, com o *jus cosmopolitanum* do iluminismo (Kant) ou com os crimes contra a humanidade (Hannah Arendt, Karl Jaspers); os riscos globais colocam-nos em confronto com ‘o outro’, aparentemente excluído.” (BECK, 2008b, p.1).

As tendências sobre a “reflexividade da incerteza” e o “impulso cosmopolita” de Beck possibilitam uma meta-mudança da sociedade no século XXI, explicitado abaixo em quatro itens:

1-Os níveis local, nacional e global estão em cena ao mesmo tempo;

2-O futuro é integrado ao presente no risco mundial pela sua interiorização e possibilidades de criação de modelos organizacionais desconhecidos;

3-Grandes riscos indesejados como a alteração climática e outros como os ataques terroristas, criando uma grande expectativa pública;

4-Realiza-se uma mudança cultural geral, com um novo modo de entender a natureza e suas relações com a sociedade,

entendendo nós e aos outros, com racionalidade social, liberdade, democracia e legitimação.

Assim no pensamento de Beck,

Todos os perigos essenciais se tornaram perigos mundiais, a situação de cada nação, de cada etnia, de cada religião, de cada classe, de cada indivíduo em particular é também o resultado e a origem da situação da humanidade. O ponto decisivo é que, de agora em diante, a principal tarefa é a preocupação pelo todo. Não se trata de uma opção, mas da própria condição (BECK, 2008b, p.1).

Complementando esse pensamento, Beck analisa que, o conceito de sociedade mundial de risco se perfila como uma mudança da sociedade, da política e da história, que até permaneceu incompreendida e que a principal tarefa, agora, é de todos, porque ninguém jamais o previu, desejou ou escolheu, mas brotou de decisões da soma de suas conseqüências, e se tornou uma “condição humana”.

Os pensamentos de Beck, acima expostos de forma bem sintética, têm tido uma ressonância positiva, principalmente neste século XXI, quando os seus escritos se tornaram mais conhecidos e estudados em academias do mundo inteiro. Nos itens seguintes, alguns pensamentos serão mais detalhados, principalmente a noção de “momento cosmopolita”.

Alertas de Ulrich Beck na década de 1980 e seus pensamentos

Na década de 1980, os organismos internacionais e as universidades ainda não tinham incorporado, como questão da condição humana, a necessidade inadiável de retomar de forma premente e irreversível, o processo desumano e diferenciado do desenvolvimento capitalista. Nesse período, Beck, publicou originalmente em alemão a obra *Risikogesellschaft: Auf dem weg in eine andere Moderne*. Esta obra teve pouco acesso até a sua tradução inglesa em 1992, quando seus pensamentos tiveram algum alcance nas academias e nas instituições de pesquisa.

Na apresentação da obra inglesa há uma referência sobre o seu conteúdo, que consistia de duas teses centrais inter-relacionadas. Uma se refere à modernização reflexiva e a outra, ao risco. A primeira edição teve um impacto muito grande, não somente como um texto acadêmico, mas também nas leis da esfera pública.

O pensamento de Beck sobre a originalidade, não está somente na sociologia, mas também na crítica do conhecimento científico, aplicada à sociedade contemporânea. Modernização, portanto não se trata somente de uma mudança estrutural, mas também de mudanças relacionadas às estruturas sociais e aos agentes sociais.

A passagem histórica da tradição da modernidade era supostamente para descobrir um mundo social livre de escolha, individualismo e democracia liberal, baseado no interesse racional próprio. Ainda, a pós-modernidade crítica tem exposto como modernidade, propriamente dita, restrições de naturezas tradicionais – culturas não livremente impostas por escolhas – em torno do ícone moderno da ciência quase religioso. Essa forma cultural é cientificismo, que sociólogos da ciência argumentam que é um elemento intrínseco da ciência como conhecimento público (BECK, 1992, p.2).

O subtítulo colocado por Beck na obra *Risk Society: Towards a New Modernity*, refere-se essencialmente a três estágios na periodização da mudança social. Inicialmente, a pré-modernidade, seguida de modernidade simples e modernidade reflexiva. No seu ponto de vista, modernidade é coextensiva com a sociedade industrial e a modernidade reflexiva com a sociedade de risco. Por outro lado, a sociedade industrial e a sociedade de risco possuem distintas formações, pois o eixo principal da sociedade industrial é a distribuição de mercadorias, enquanto que na sociedade de risco é o perigo.

A obra de Beck é composta por três partes: Na primeira parte é intitulada *Morando no vulcão da civilização: os contornos da Sociedade de risco*. Na segunda parte, Beck trata da *Desigualdade social da individualização: Formas de vida e a morte da tradição* e na terceira, sobre a *Modernização reflexiva: na generalização da ciência e da política*.

Goldblatt, contemporâneo de Beck, analisou na obra *Teoria Social e Ambiente* (1996), uma série de questões acerca dos costumes de degradação do ambiente e da política do ambiente, realizada por quatro dos mais importantes sociólogos europeus contemporâneos: Anthony Giddens, André Gorz, Jürgen Habermas e Ulrich Beck.

As principais ideias se referem às características, os efeitos e as ameaças causadas pelo processo de modernização e industrialização, evidenciando a forma como estas alteram a dinâmica e a constituição da sociedade industrial clássica que a ocasionou, e, na análise de Goldblatt (1996, p.231), o processo de modernização reflexiva anuncia uma sociedade de risco proveniente do corpo de uma sociedade industrial em decadência. Essas ideias estão contidas no cerne de vários desdobramentos colocados sobre a sociedade de risco.

Beck, na conferência em Harvard, fez uma crítica sobre o pensamento sociológico europeu assim se referindo: “Meu objetivo é uma teoria nova, não nostálgica, crítica, para olharmos para o passado e futuro da modernidade”, e prossegue afirmando que o seu argumento quer: “[...] manter as duas visões contraditórias da modernidade – a autodestruição e a capacidade de recomeçar – em equilíbrio uma com a outra.” (BECK, 2008a, p.1).

Beck demonstra em três etapas esse seu argumento:

1. Velhos perigos – novos riscos: o que há de novo sobre a sociedade de risco?
2. “Momento cosmopolita”: o que isso significa?
3. Consequências: há necessidade de uma mudança de paradigma nas ciências sociais?

Abaixo detalharemos de forma sintética esses três aspectos.

Velhos Perigos, Novos Riscos

Os riscos modernos são os riscos que a própria sociedade produziu, e também é um indicativo de “[...] uma histeria e de uma política do medo incitadas e agravadas pelos meios de comunicação de massa”. (BECK, 2008a, p.2).

Inicialmente, é preciso que se faça uma distinção entre risco e catástrofe, pois na concepção de Beck risco não significa catástrofe,

Risco significa a antecipação da catástrofe. Os riscos existem em um estado permanente de virtualidade, e transformam-se “atuais” somente até o ponto em que são antecipados. Riscos não são “reais”, eles estão se tornando “reais” [...]. Neste momento em que os riscos se tornam reais – por exemplo, na forma de um ataque terrorista – eles deixam de ser riscos e tornam-se catástrofes (BECK, 2008a, p.2).

Desta forma, os riscos já estão em outras partes, como por exemplo, na antecipação de novos ataques, nas mudanças climáticas, ou em uma crise financeira potencial. Portanto, “[...] riscos são sempre eventos ameaçadores. Sem técnicas de visualização, sem formas simbólicas, sem suportes, sem meios de comunicação de massa, etc, os riscos não são nada.” (BECK, 2008a, p.2).

Na primeira publicação, em 1986, Beck descreve a “Sociedade de Risco” como: “[...] uma condição estrutural inegável da industrialização avançada”, criticando a “moralidade matematizada” do pensamento do especialista e do discurso público sobre “fatores de risco”. Ainda aponta que, “a orientação política a respeito da avaliação de risco pressupunha a viabilidade dos riscos e [...] mesmo o cálculo objetivo mais contido e moderado sobre as implicações do risco envolve uma política, uma ética e uma moralidade por trás.” (BECK, 2008a, p.2).

Assim, para o autor, o risco “[...] não é redutível ao produto da probabilidade da ocorrência multiplicada pela intensidade e pelo alcance do dano potencial. É antes, um fenômeno socialmente construído, no qual algumas pessoas têm uma capacidade maior de definir riscos do que outras.” (BECK, 2008a, p.2).

Nas sociedades modernas, a teoria da Sociedade de Risco pressupõe que os riscos são moldados sempre por novos tipos de riscos e essas percepções de risco global ou catástrofes globais são caracterizadas por três aspectos, que Beck detalha com pertinência:

1. Des-localização de riscos: suas causas e consequências não são limitadas a uma posição ou espaço geográfico; são, em princípio, onipresentes e ocorre em três níveis incalculáveis e interdependentes. São eles:

- ✓ Espacial: os riscos novos (por exemplo, a mudança climática) não respeitam ao Estado-nação ou qualquer outra fronteira;
- ✓ Temporal: a atual antecipação das catástrofes futuras não pode mais ser baseada em experiências passadas; assim, o risco é como a expectativa do inesperado; os novos riscos têm um período de latência longo, por exemplo, o lixo nuclear;
- ✓ Social: graças à complexidade dos problemas e da duração dos efeitos em cadeia, a atribuição das causas e consequências, já não é possível nenhum grau de confiabilidade (por exemplo, as crises financeiras).

Na concepção de Beck, é não somente a descoberta da importância de não saber, mas que simultaneamente, a reivindicação do conhecimento, do controle e da segurança do Estado e da sociedade deveria ser renovada, aprofundada e expandida. A ironia está na reivindicação institucionalizada da segurança, para se ter que controlar algo mesmo se não se sabe se ele existe. Mas, por que deve a ciência ou uma disciplina se preocupar com algo que nem ao menos conhece? Há certamente uma resposta sociológica conclusiva, nesse caso: porque face à produção de incertezas manufaturadas insuperáveis, a sociedade, mais do que nunca, confia e insiste na segurança e no controle.

Beck assinala que, “A sociedade de risco está diante de um problema complicado [...] de ter que tomar decisões sobre inimagináveis bilhões de dólares, libras e euros ou mesmo sobre guerra e paz (terrorismo nuclear), com base no não-conhecimento mais ou menos inadmissível.” (BECK, 2008a, p.4).

Portanto, no futuro, no contexto de promessas de segurança do Estado e a fome causadas por catástrofes, transmitidos pelos meios de comunicação de massa, não será fácil limitar e impedir ativamente um jogo de poder diabólico com a histeria do não-conhecimento (BECK, 2008a, p.4).

2. Incalculabilidade: suas consequências são, em princípio, incalculáveis; na base é uma questão de riscos "hipotéticos", que não são menos baseados na falta de conhecimento induzida pela ciência e dissidência normativa.

Beck cita que, a descoberta da incalculabilidade do risco está muito ligada à descoberta da importância do não-conhecimento para arriscar o cálculo, e é parte de um outro tipo de ironia, que essa descoberta do não-conhecimento, surpreendentemente, ocorreu em uma disciplina que hoje não quer ter relação com isso. Beck cita dois importantes autores economistas, Knight e Keynes, que inicialmente insistiram em uma distinção entre formas de contingência previsíveis e não-previsíveis ou calculáveis e não-calculáveis. Em um artigo famoso no periódico *The Quarterly Journal of Economics* (February, 1937), Keynes escreve:

[...] por 'conhecimento incerto', deixe-me explicar, não quero dizer meramente distinguir o que é sabido do que é meramente provável. O sentido em que estou usando o termo é aquele do preço do cobre e a taxa de juros em vinte anos, toda a obsolescência de uma nova invenção são incertos. Sobre essas questões não há nenhuma base científica em que se possa formar qualquer probabilidade calculável. Nós simplesmente não sabemos.² (KEYNES apud BECK, 2008a, p.3).

Entretanto, a advertência de Keynes para abrir o campo da tomada de decisão econômica às incertezas das catástrofes sistemáticas futuras, escondidas em práticas normalizadas da tomada de risco, foi inteiramente negligenciada no

desenvolvimento subsequente da atual economia (incluindo a economia keynesiana em voga).

3. Não-compensabilidade: Nesta terceira percepção do risco global, para Beck, o sonho da segurança da primeira modernidade foi baseado na utopia científica de tornar as consequências inseguras e os perigos das decisões sempre mais controláveis; acidentes poderiam ocorrer, contanto que fossem considerados compensáveis. Uma vez que o sistema global de finanças desmoronou, uma vez que o clima irrevogavelmente mudou; uma vez que os grupos terroristas possuem armas de destruição em massa – então é tarde demais. Dada essa nova qualidade de “ameaças à humanidade” – argumentada pelo filósofo François Ewald³ – a lógica da compensação sucumbe e é substituída pelo princípio de precaução pela prevenção. Não somente a prevenção está ganhando prioridade sobre a compensação, mas estamos igualmente tentando antecipar e impedir os riscos cuja existência não foi provada.

Momento Cosmopolita

Beck assinala que: “[...] os princípios fundamentais da modernidade, incluindo o princípio do livre mercado e a ordem própria do Estado-nação, tornam-se sujeitos à mudança, à existência das alternativas, e à contingência.” (BECK, 2008a, p.4). A explicação está em admitir que:

A sociedade de risco é uma sociedade revolucionária latente em que o estado de normalidade e o estado de emergência se sobrepõem. Isso pode explicar o poder histórico do risco global, que é negligenciado pela teoria social convencional e pela sociologia do risco: ao tratar de riscos catastróficos o presente de um estado de emergência, o futuro está em negociação (BECK, 2008a, p.4).

Portanto, o estado de emergência antecipado não é mais nacional, mas cosmopolita, e a crença de que os riscos que a humanidade enfrenta tornam-se um recurso sem precedentes para o consenso e a legitimação, sejam eles nacionais ou internacionais.

Prosseguindo em seu pensamento e aprofundando o significado da expressão “momento cosmopolita”, Beck distingue duas variações, de importância central para a teoria da Sociedade de Risco:

[...] de um lado, a antecipação dos efeitos colaterais não intencionadas de catástrofes (tais como a mudança climática e a crise financeira). Por outro lado, a antecipação de catástrofes intencionais, não intencionadas e intencionadas, tem como principal exemplo o terrorismo suicida transnacional. É, de fato, uma questão de se desenvolver uma teoria política da sociedade de risco em vista da distinção chave entre a antecipação de catástrofes intencionadas e não intencionadas (BECK, 2008a, p.4).

O próprio autor do *Risk Society* lança a seguinte pergunta “O que é ‘cosmopolita’ sobre o momento cosmopolita?” E, ele mesmo detalha o que significa tal momento da sociedade de risco: “O momento cosmopolita da sociedade de risco significa a “conditio humana” da irreversível não-exclusão do estrangeiro distante. Os riscos globais destroem os limites nacionais e confundem o nativo ao estrangeiro.” Assim, para Beck: “O outro distante está se transformando no outro inclusivo – não através da mobilidade, mas através do risco.” (BECK, 2008a, p.4).

Portanto, o autor constata que a vida cotidiana está se tornando cosmopolita: os seres humanos devem encontrar o significado da vida nas trocas com os outros e não mais no encontro com o mesmo. Estamos todos presos num espaço global compartilhado por ameaças – sem saída. Isto pode inspirar respostas conflituosas, às quais igualmente pertencem a renacionalização, a xenofobia, etc. Um deles incorpora o reconhecimento dos outros como igual e diferente, a saber, “cosmopolitanismo normativo”.

O momento cosmopolita pode ser exemplificado com a tragédia do furacão Katrina, pois na atual sociedade de risco, há necessidade de reconhecer a

pluralidade do mundo, que poderia ser ignorada no panorama nacional, conforme Beck específica: “[...] os riscos globais abrem um espaço moral e político que pode produzir uma cultura civil da responsabilidade que transcende fronteira e conflitos.” (BECK, 2008a, p.5). Desta forma, os dois lados da crença do mundo no risco são: como uma experiência traumática, que qualquer um está vulnerável e a responsabilidade resultante para com os outros e também para com a sua própria sobrevivência.

Abaixo ilustramos dois exemplos reais, em dois espaços geográficos diferentes: Estados Unidos com o Furacão Katrina em 2005 e Brasil na região serrana do Rio de Janeiro em 2011. Esses dois eventos catastróficos de repercussão mundial, tanto do ponto de vista econômico-social, como político ético e moral podem representar ícones do *Risk Society*.

Para Beck (2008a, p.5), “[...] a catástrofe assustadora é uma professora implacável para toda humanidade”, e, contraditoriamente, de ampla solidariedade, embora seja o momento da destruição. Detalhando, portanto, temos abaixo duas realidades que são ao mesmo tempo frutos de uma mesma gênese que demonstram o cosmopolitismo, onde a imprensa tem um papel fundamental, pelo seu alcance, pela sua difusão e pela sua instantaneidade.

Conforme Beck, o perigo globalizado através dos meios de comunicação de massa pode dar voz aos pobres, marginalizados e minorias na área pública global. O furacão Katrina foi um ato terrível da natureza. Como evento midiático global, ele também atuou como uma “função de esclarecimento” involuntária e não intencional. O que nenhum movimento social, nenhum partido político, e certamente nenhuma análise sociológica, não importa o quão brilhante e bem fundamentada, poderia ter conseguido. Esse episódio ocorreu no espaço de dois dias: a América e o mundo foram confrontados com as vozes e as imagens de uma outra América reprimida, a face racista da pobreza na única superpotência remanescente. A televisão norte-americana não se importa com imagens de povos pobres, mas foi ubíqua durante a cobertura de Katrina. O mundo inteiro viu e ouviu falar que os distritos negros de

Nova Orleans foram destruídos pelas tempestades por causa de sua vulnerabilidade social (BECK, 2008a, p.5).

A mais recente catástrofe comentada em praticamente todas as mídias internacionais, que pode ser fundamentada como outro exemplo, ocorreu no mês de janeiro de 2011, no Brasil.

No caso brasileiro, pontuando especificamente o estado do Rio de Janeiro em vista de ocorrências de anos anteriores, houve a preocupação na realização de um diagnóstico feito por entidades privadas e públicas, ambientais e sociais, conforme alguns detalhamentos que serão apresentados. Em 2001, houve uma cooperação técnica entre o Brasil e a Alemanha, isto é, exatamente há dez anos. Reportamo-nos ao projeto denominado PLANÁGUA (COSTA, 2001), subsidiado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMADS) e *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ)*, para a realização de um amplo estudo sobre as enchentes e orientações técnicas para revitalização de rios.

O projeto PLANAGUÁ indicou, há dez anos, que é secular o problema de enchentes no Estado Rio de Janeiro, fenômeno natural condicionado a fatores climáticos, principalmente às chuvas intensas de verão, cujos efeitos são agravados pelas características do relevo: rios e córregos com forte declividade, drenando bruscamente das serras para as baixadas, quase ao nível do mar.

Há orientações e advertências feitas anteriormente que parecem não ter tido nenhuma receptividade: primeiro, a falta de conscientização da população referente aos riscos envolvidos resulta em uma ocupação sempre mais progressiva de áreas naturais de inundação; segundo, para reverter esse quadro é importante avaliar e adaptar novas estratégias no controle de enchentes, já em andamento em outros países. E ainda, nesse estudo, há o seguinte alerta,

Nessas novas concepções os interesses locais de proteger a própria área devem ser harmonizados aos interesses de toda a bacia, incluindo a proteção de toda a população, considerando os aspectos sociais e econômicos, o ecossistema e as necessidades do próprio rio. Somente

medidas em harmonia com a natureza, e não contra ela, terão sucesso (COSTA, 2001, p.6).

Como terceira advertência, observa que há necessidade de divulgar medidas preventivas e conscientizar a população sobre os riscos os quais está exposta e a possibilidade de aprender a conviver com o fenômeno.

[...] em lugar de direcionar e acelerar as águas das enchentes rio abaixo, deveria restabelecer o quanto possível a retenção natural já nas cabeceiras, nas matas, nas áreas ribeirinhas e conservar as áreas de inundação ainda existentes. É impossível evitar as enchentes excepcionais, porém, é possível conter o agravamento contínuo das mesmas e reduzir os prejuízos (COSTA, 2001, p.6).

Como aconselhamento final, há uma série de recomendações, tendo como unidade de gestão a Bacia Hidrográfica, baseado no planejamento integrado do controle de enchentes, buscando sempre soluções, cujo objetivo principal deve visar a retenção das águas de chuvas, e, não havendo essa possibilidade, deve-se adotar medidas compensatórias que aumentam os riscos de inundação rio abaixo⁴ (COSTA, 2001, p. 145 e seguintes).

Na tragédia ocorrida na região serrana no Rio de Janeiro até o presente momento foram contabilizadas mais de 900 vítimas fatais, mortes que poderiam ser evitadas, caso as recomendações feitas há dez anos contidas no projeto PLANÁGUA tivessem sido consideradas, mesmo que fosse uma parte desses aconselhamentos.



Fig.01: Deslizamentos em morros do Rio do Estado do Rio de Janeiro em janeiro de 2011.
Fonte: Dana (2011).



Fig. 02: Deslizamento em morro de Nova Friburgo na região serrana do Rio de Janeiro.
Fonte: Marino (2011).



Fig. 03: Tragédia no Estado do Rio de Janeiro. Fonte: Connect Brazil (2011).

Está em fase de aprovação no Congresso Nacional, desde 2010, o novo Código Florestal Brasileiro. Mencionamos aqui, uma observação do professor de engenharia florestal do Rio de Janeiro, Eleazar Volpato, que manifestou a sua preocupação, pois as flexibilizações propostas no Relatório do deputado Aldo Rebelo agravam de forma absoluta a situação das ocupações de morros e encostas, em toda a região da Mata Atlântica,

[...] pelo relatório, as chamadas áreas ocupadas, mesmo que estejam em Áreas de Proteção Permanente (APP) ou reservas legais, poderão continuar sendo usadas por moradores ou para fins de exploração comercial. “O que aconteceu no Rio de Janeiro é de uma irresponsabilidade, eu diria até mesmo um sacrilégio. Praticamente ‘liberou geral’ naquelas cidades”, disse Volpato sobre as construções em áreas de encostas nas cidades serranas do estado do Rio (CHAGAS, 2011, p.2).

Volpato declarou ainda que, “[...] todas as pessoas atingidas pelas enchentes, mesmo quem perdeu parentes e bens materiais, poderão permanecer nos mesmos locais condenados, pois o projeto os considera ‘áreas consolidadas’”.

Um outro professor de geociências, João Willy, da Universidade de Brasília, alerta que. “[...] o problema passa também pela legalidade das ocupações.” (CHAGAS, 2011, p.2).

Outras preocupações mencionadas por esse professor são a falta de zoneamento para definir o tipo de ocupação, tanto urbana como rural, além da análise detalhada das inclinações das encostas dos tipos de solo e de rocha, e, é importante também levar em consideração o clima da região.

Para o ambientalista e consultor jurídico da Fundação SOS Mata Atlântica, André Lima,

[...] a liberação de atividades econômicas em áreas de encosta, prevista na proposta em discussão na Câmara, agravará o problema vivido hoje por muitos municípios brasileiros. Isso está diretamente ligado à área de risco. Não adianta querer jogar o problema para os Prefeitos. Diante das pressões [econômicas e políticas], ele vai se embasar na lei. (CHAGAS, 2011, p. 2).

Os exemplos aqui citados, e as três ilustrações representam visualmente e materialmente que atingiram fortemente a mídia e a subjetividade, expressando bem o que Beck denominou de “Sociedade de Risco e Momento Cosmopolita”.

De uma forma quase irônica, Beck relata que, nenhum sociólogo ou economista pode prever essas catástrofes, sejam ambientais ou até financeiras, reforçando a ideia da força e o poder da mídia, quando faz a seguinte assertiva:

Você realmente acredita que os sociólogos poderiam ter o método e o poder de descobrir as práticas ultrajantes dos banqueiros que causaram a crise global e as trazer para o público global? Não, é claro que não, mas a crise financeira e seu impacto nos meios de comunicação de massa globais o fizeram (BECK, 2008a, p.5-6).

É importante dessa forma, que aprendamos rapidamente que a modernidade está precisando, urgentemente, de regulamentações reflexivas de mercado, “[...] de uma constituição internacional para negociar conflitos sobre respostas aos riscos globais” e, na opinião de Beck essas regulamentações reflexivas terão que ser

construídas “[...] com o consenso entre partidos, nações, religiões, amigo e inimigo.” Entretanto, o próprio Beck afirma o seguinte “Naturalmente, isto não acontecerá. Mas, de repente, é senso comum que isso seja a pré-condição da sobrevivência.” (BECK, 2008a, p.6).

Ainda, esses conflitos de risco global têm, de fato, uma função instrutiva. “[...] eles desestabilizam a ordem vigente, mas podem ser vistos também como um passo vital rumo à construção de novas instituições. O risco global tem o poder de confundir os mecanismos de irresponsabilidade organizada e até de explorá-los para a ação política.” Assim,

[...] a percepção pública do risco força as pessoas a comunicarem quem não quer ter qualquer relação com o outro. [...] riscos de larga escala cortam completamente tanto a auto-suficiência de culturas, línguas, religiões e sistemas quanto à agenda de políticas nacionais e internacionais; eles subvertem as prioridades e criam contextos para ação entre campos, partes e nações inimigas que não sabem nada uma da outra e rejeitam e se opõem uma à outra (BECK, 2008a, p.7).

Essa explicação se refere ao que Beck chama de cosmopolitanização forçada: “[...] os riscos globais ativam e conectam atores além das fronteiras, quem não quer ter qualquer relação com o diferente.” (BECK, 2008a, p.7).

Na conferência de Harvard, Beck relata que, “[...] a crise financeira global e as mudanças climáticas não são os únicos momentos cosmopolitas na história ou na modernidade”, e cita estudos comparativos de momentos cosmopolitas porque são necessários e úteis para fazer uma distinção e detalhamento da expressão cosmopolita. Pois o antigo cosmopolitanismo, a cosmopolítica da instrução (Kant), e o novo conceito de “crime contra a humanidade”, inventado para o Julgamento de Nuremberg, confrontado com o Holocausto (o qual foi “legal” em relação à lei nacional da Alemanha), pois houve o momento cosmopolita da ameaça atômica e a autodestruição nuclear da humanidade.

Assim, o texto abaixo ilustra bem as distinções importantes sobre o cosmopolitanismo:

A lógica de guerra e paz válida até aquele momento perdeu seu significado. Onde a vitória não é mais vitória e a derrota não mais derrota, as partes em guerra têm que criar novas instituições que tornem possível continuar vivendo, pensando e debatendo sob a espada de Dâmocles auto-aniquilação nuclear. O “impasse nuclear” da Guerra Fria levou a novas formas de cooperação entre os blocos militares hostis; na verdade, essa “ameaça nuclear” definitivamente tornou possível a “política do leste” (Ostpolitik, em alemão) transmitida pela “ajuda humanitária” do chanceler alemão Willy Brandt. É um ponto interessante o quanto as normas globais podem criar ao longo dos momentos cosmopolitas (BECK, 2008a, p.8).

É importante levar em consideração as transformações que podem ocorrer na sociedade, como também possibilidades de aperfeiçoamento e crescimento do próprio *status quo* deste planeta. É o que Beck tenta analisar e reforçar com a ideia dos momentos cosmopolitas, detalhando com a seguinte explicação:

Advogados tipicamente pensam que as violações das normas só podem ser estabelecidas se as próprias normas já existem. No entanto, sociólogos da lei, e antropólogos da lei, em particular, também reconhecem o caso oposto: o de que as normas emergem quando as expectativas são desapontadas e catástrofes ou antecipações de catástrofes tornam claro que isso não é de maneira alguma aceitável. Isso se aplica ao Holocausto, o qual se tornou a base para o regime de direitos humanos; também às sérias violações da segurança nuclear ou do padrão mínimo de prudência ecológica, em relação às mudanças climáticas. Certamente é possível, nesse caso, observar processos onde, a partir de um momento cosmopolita, normas emergem ao redor do mundo (BECK, 2008a, p.8).

Em que medida a ameaça e o impacto da sociedade de risco mundial abrem o horizonte para uma alternativa histórica de uma ação política? É uma questão colocada por Beck, cujos argumentos como resposta estão detalhadas em “*Power in the global age*”. O autor aponta duas premissas:

- 1- A sociedade de risco mundial traz uma nova e histórica lógica-chave para daqui em diante: nenhuma nação poderá enfrentar seus problemas sozinha;
- 2- Uma política alternativa realista na era global é possível, e neutralizaria as perdas para o capital globalizado do poder de comando do Estado político. A condição é que a globalização tem que ser entendida não como um fato econômico, mas como um jogo estratégico para o poder mundial.

Assim, é possível afirmar que, além da distinção nacional x internacional, uma nova política doméstica global já está em funcionamento, cujo resultado ainda é bem indefinido. Nesse jogo, as fronteiras, as regras básicas e as distinções básicas são renegociadas e “[...] nenhum jogador solitário ou oponente pode jamais jogar sozinho; todos dependem de alianças.”, independente se são esferas nacionais, internacionais ou esferas também referentes ao mercado global e ao Estado. (BECK, 2008a, p.9).

Para Beck, os riscos globais entregam poder aos Estados e aos movimentos civis da sociedade, pois revelam novas bases de legitimação e opções para ação desses grupos de atores e por outro lado, “[...] tiram poder do capital globalizado, porque as consequências das decisões econômicas contribuem para criar riscos globais e mercados desestabilizados e até para desestabilizar o sistema global de mercado.” (BECK, 2008a, p.9).

Portanto, como uma síntese da necessidade de ações políticas globais e de solidariedade entre as nações, nas palavras quase proféticas de Beck, temos o seguinte pensamento:

Quanto mais cosmopolitas forem as nossas estruturas e atividades políticas, mais elas serão bem sucedidas na promoção de interesses nacionais, e maior será o nosso poder individual nessa era global. Esse é o momento de superar a noção antiquada de unilateralismo, mesmo nos Estados Unidos, e trazer a China, a Índia, a América do Sul e a Rússia à colaboração para produzir novas regras que liguem todos os jogadores. Mais que isso: nós, o Ocidente, os países europeus, temos que aprender sobre a realidade da dependência, mesmo em nossas questões internas, com aqueles que ainda acreditamos ser um estrangeiro (BECK, 2008a, p. 9).

Um alerta é quanto ao preço da percepção do risco e o papel da comunicação de massa:

[...] o poder histórico da percepção de risco global tem seu preço, já que ele funciona apenas por um curto período de tempo. Como tudo depende de sua percepção pelos meios de comunicação de massa, a legitimação da atividade política global, à luz dos riscos globais, vai apenas até onde os meios de comunicação de massa se atêm (BECK, 2008a, p. 9).

Hoje, muitas teorias não só econômicas, mas também, na área das ciências sociais estão perdendo o pedestal por causa da dinâmica da sociedade de risco, que ainda não foi incorporada como realidade nos conceitos teórico-metodológicos da ciência.

Portanto, para o autor “Há uma situação de vazío: procura-se um teórico para suceder transnacionalmente o Sr. Keynes. A necessidade, [...] é por uma engenhosa regulação reflexiva (filosofia) em escala global, incluindo [...] corporações transnacionais, Banco Mundial, FMI, Greenpeace etc”. Há necessidade idêntica de instituições políticas mais fortes na Europa, um ministério europeu para assuntos econômicos, para complementar o Banco Central. Mas a maior necessidade de todas é a de uma nova teoria de economia mista, construída no lugar do mercado global de hoje (BECK, 2008a, p.10).

Conseqüências: uma mudança no paradigma nas ciências sociais

Há necessidade de uma mudança de paradigma nas ciências sociais como apregoa Beck? E, o que seria uma sociologia cosmopolita? Beck se refere a uma sociologia que distingue claramente a si própria de uma universalista, [...] porque ela não parte de algo abstrato (geralmente derivado de um contexto e uma experiência históricos europeus, como “sociedade” ou “sociedade mundial” ou “sistema mundial” ou o “indivíduo autônomo” etc). Assim, conceitos chave como contingência, ambivalência, interdependência, interconexão alcançam o palco central, juntamente com as questões metodológicas apresentadas por eles. Concluindo a sua conferência, Beck assim se refere:

A sociologia cosmopolita, portanto, abre indispensáveis novas perspectivas para contextos aparentemente isolados, familiares, locais e nacionais. Com essa nova “visão cosmopolita”, ela segue o caminho empírico e metodológico que outras disciplinas – como a antropologia, a geografia e a etnologia contemporâneas – já tomaram com entusiasmo (BECK, 2008a, p.11).

E, para finalizar, Beck assinala que é preciso que o egoísmo nacionalista se abra para uma direção cosmopolita, e, aprendendo que com a crise, o tipo de capitalismo laissez-faire, de mercado aberto, caro ao neoliberalismo, não tem lugar na era da sociedade de risco global. Hoje, o conhecimento e as ações terão que ser sempre compartilhados, como também os vários tipos de riscos da sociedade global.

Individualização

A socióloga australiana Deborah Lupton, produziu uma obra denominada *Risk* (1999), onde comenta sobre os vários aspectos envolvendo a questão do risco desde a mudança do significado desta palavra e comenta uma parte da modernização reflexiva e riscos abordando sobre o conceito de individualização, que também é central no ponto de vista de Beck. A individualização não se refere à alienação ou solidão, em vez disso, significa que é um requisito na modernidade tardia, na qual os indivíduos devem produzir suas próprias biografias, na ausência de normas fixas, obrigatórias e tradicionais e na certeza do surgimento de novos modos de vida, que estão continuamente sujeitos a alterações. Individualização é o outro, lado privado da globalização na modernidade reflexiva. O núcleo da modernidade reflexiva é a transformação na aceitação de regras sociais tais como gênero e classe social. Beck, vê a individualização como resultado do processo de modernização envolvendo a redução da influência da estrutura das instituições tradicionais da sociedade na formação da identidade pessoal. Fatores tais como a educação de massa, as melhorias nos padrões de vida, a segunda onda do movimento feminista e mudanças no mercado de trabalho têm contribuído para a tendência em direção à individualização (LUPTON, 1999, p.69).

Apoiando-se na obra de Beck (1994), Lupton assinala que, a individualização significa, ainda “[...] a desintegração das certezas da sociedade industrial, como também a compulsão para encontrar e inventar novas certezas para si mesmo e para os outros.” Tem havido um aumento da individualização social em que as pessoas foram obrigadas a tornar-se o centro da conduta de vida, tendo

subjetividades múltiplas e mutáveis: “Visto de outro ângulo, significa liberdade de escolha, e de outro a pressão para se conformar às demandas internalizadas, por um lado, ser responsável por si mesmo e do outro a ser dependente das condições que escapam completamente do seu alcance.” (BECK; BECK-GERNSHEIM apud LUPTON, 1999, p.70).

Um quadro de comparação das teorias de risco

Eugene A. Rosa (2000) fazendo uma comparação das modernas teorias da sociedade e o ambiente referente à sociedade de risco, apoiando-se em Tarnas em 1990, assinala que a história do pensamento Ocidental, desde a Grécia Clássica tem sido pontuada por uma recorrência implacável de dualismos ontológicos. Esses dualismos estão assim caracterizados:

Idealismo versus materialismo, nominalismo e relativismo versus realismo, romantismo versus ceticismo, romantismo alemão versus utilitarismo, idealismo Continental versus empirismo Britânico – esses são alguns dos dualismos mais destacados, oposições binárias, moldaram o pensamento Ocidental como diálogo (ROSA, 2000, p.81).

Houve uma evolução constatada quando Rosa demonstra que esses dualismos sofreram substantivas modificações e refinamentos, mostrando a ascendência de um lado e a subordinação do outro lado, seguido por uma grande reversão e experimentado longos períodos de aparente coexistência pacífica, seguido de confrontos abissais. Assemelhando-se a um diálogo ou a uma dialética, um conflito ou uma complementaridade, o dualismo no pensamento Ocidental passou por longo período histórico, sobrevivendo com influências subjacentes ao pensamento moderno. De qualquer forma, Rosa observa que, talvez involuntariamente e inconscientemente, as ciências sociais sobre o risco importam esse dualismo dentro desse domínio teórico (ROSA, 2000, p.81).

Portanto, infere-se que todas as abordagens das ciências sociais para o risco são imbuídas meta-teoricamente, sendo repletas de pressuposições ontológicas e

epistemológicas, não desafiando os princípios, e direcionando perspectivas sobre vários métodos teóricos. Um dos caminhos para a caracterização meta-teórica na ciência social do risco é categorizá-la por meio de dois eixos independentes, mas *continuums*. O primeiro *continuum*, parte do dualismo importado do pensamento ocidental, descrito acima, refere-se a uma pressuposição do estado do mundo (ontologia). O segundo, importado do pensamento Iluminista, se refere ao método teórico adotado (ação componente da epistemologia) na presunção de que possa ser mais efetivo no conhecimento sobre o mundo. O resultado disso é uma grade classificatória cruzada – Figura 04 – onde a dimensão horizontal expressa a natureza ontológica do mundo físico e a dimensão vertical expressa a orientação do estudo do mundo social.

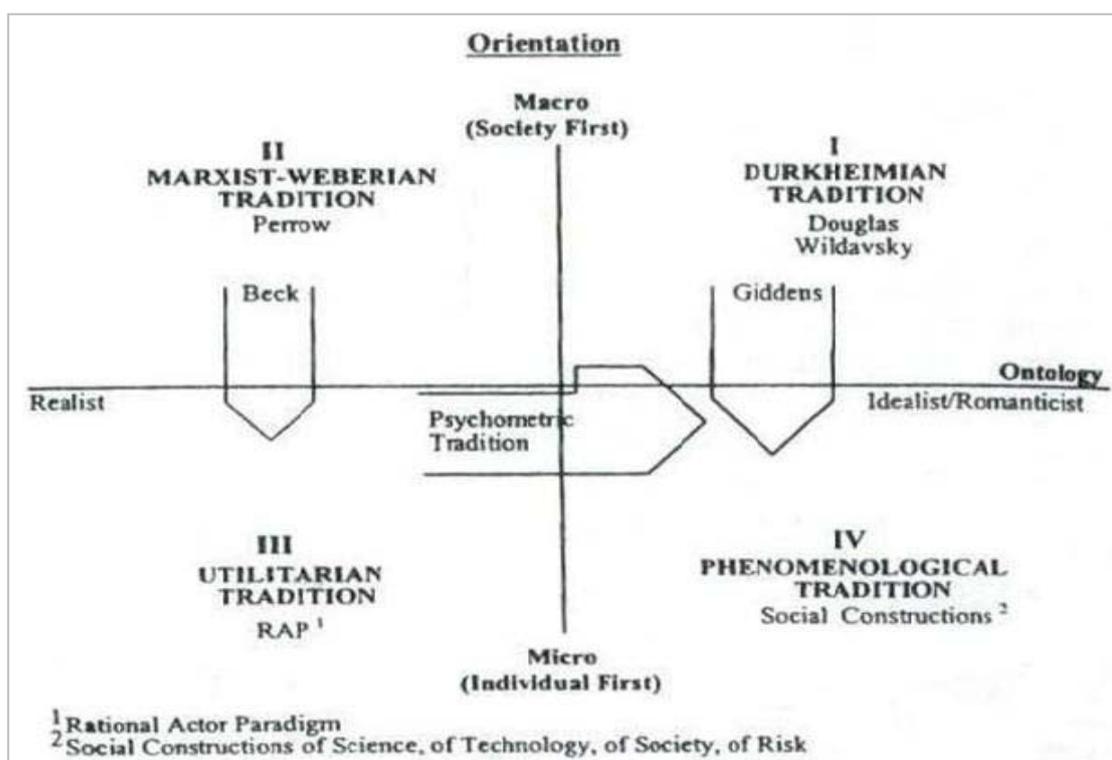


Fig. 04 – Duas dimensões do dualismo no Estudo de Risco. Fonte: Rosa (2000, p.82).

Construir a figura 04 foi um desafio epistemológico no sentido de tentar agrupar as grandes linhas teórico-metodológicas no âmbito das ciências sociais, tendo como objeto o Estudo do Risco. Não entraremos em detalhes, pois uma leitura

superficial prejudicaria o contexto filosófico e o aprimoramento que a interpretação requer e também por fugir do objetivo deste artigo⁵.

Atualmente, há muitos estudos tratando da temática voltada ao risco, em vários campos do conhecimento “[...] visando a construção de diversos instrumentos capazes de subsidiar estratégias focadas na formulação de prioridades no campo político institucional” (DUARTE e MONTENEGRO, 2008, p.592).

Sabe-se hoje que, existe uma outra modernidade, dinâmica, veloz e imprevisível, que não pode ser compreendido ou assimilado no sistema da sociedade industrial já constatado por Beck (1997), pois no processo de “modernização reflexiva” o papel da tecnologia assume uma importância considerável, muitas vezes fundamental para compreender os ricos e a insegurança no cenário contemporâneo.

Haveria uma subjetividade pós-humana, como virtualidade para compreender a relação entre risco, poder e tecnologia? Chevitaresi e Pedro (2005) defendem a ideia dessa relação para compreender o momento contemporâneo, considerando que vivemos em uma “Sociedade de Híbridões”, onde proliferam híbridos sociotécnicos que produzem efeitos de risco, fazendo emergir a subjetividade.

Como é possível viver a relação do sujeito reflexivo com a tecnologia e ainda nas distopias que a elas estariam associadas? Podem ser citados três argumentos fundamentais que se articulam e simultaneamente se constituem e dela decorrem como efeitos. (CHEVITARESI; PEDRO, 2005, p.11).

Segundo os autores, o primeiro aspecto desta condição é a construção de um sujeito que se compreende como um “gestor de riscos”, por meio de sua consciência reflexiva que lhe confere autonomia, liberdade e responsabilidade. O segundo aspecto é a construção da necessidade de um “poder social protetor”, que, no contexto atual de falência da concepção tradicional de Estado-nação a quem caberia desempenhar tal papel? Resgatar o Estado seria um dos caminhos e por fim,

[...] tanto a relação do indivíduo com a tecnologia como a configuração de controle que a gestão social do risco articula encontram-se fortemente enraizados em uma polarização que não apenas separa como, sobretudo, determina uma “oposição entre tecnologia e sociedade” – o que pode ser tomado como o terceiro aspecto da Sociedade de risco. (CHEVITARESE; PEDRO, 2005, p. 12).

Tendo em vista alguns alinhamentos teóricos centrados no pensamento da Sociedade de Risco de Beck, pode-se perceber a irreversibilidade do cosmopolitanismo. Muitos filósofos, geógrafos, sociólogos e especialistas em psicanálise e comunicação, procuram aproximar e sistematizar algumas ideias na tentativa de entender o atual momento, que podemos denominar de “momento cosmopolita” onde a reflexividade e o cidadão coletivo, planetário, liberto e independente do Estado-nação, de certa forma pode administrar o seu papel e a sua atuação na sociedade onde está inserido. Administrar a relação entre riscos, tecnologia e a individualização sugere uma cidadania profundamente comprometida com o humanismo e o multiculturalismo, onde o estrangeiro, o desconhecido e o inimigo devem ser considerados como seu parceiro para enfrentar os riscos sociopolíticos do momento contemporâneo.

Aceitando-se a coexistência das diferenças culturais, ideológicas e políticas é possível reconhecer a possibilidade de uma dimensão transformadora dos encontros sociais para um “humanismo cosmopolita”.

Esse cosmopolitismo estará imbuído de ambivalências e incertezas próprias do atual momento. Mas, aceitar filosoficamente esse estado, certamente a imaginação dos homens sempre estará aberta e capacitada a assimilar as convergências e divergências da sociedade, na afirmação cada vez mais consistente da identidade do humanismo que sempre persistirá nos homens, dada a sua própria condição de vida. Hoje, viver em rede de qualquer natureza é uma condição da sobrevivência do homem e do planeta.

Notas finais

¹Mendonça propôs acerca de dez anos, uma contribuição teórico-metodológica (2004 e 2004a), de perspectiva interdisciplinar/diálogos de saberes e Sistema Socioambiental Urbano (SAL), para estudo e gestão das cidades. O artigo é rico e detalhado.

²Citação feita por Beck, na Conferência realizada na Universidade de Harvard em 12 de novembro de 2008.

³Filósofo francês, membro do Comitê editorial da Revista *Risques*, um de seus fundadores; ex-assistente de Foucault.

⁴São em número de onze as principais recomendações: 1-Garantir áreas livres para infiltração e armazenamento temporário; 2-Reflorestamento em grande escala; 3-Aprimoramento da previsão de chuvas e sistemas de alerta; 4-Estação de tratamento de esgoto; 5-Reassentamento; 6-Recuperação da calha e do ecossistema e do plantio de mata ciliar; 7-Aproveitamento das águas da chuva; 8-Obras de retenção planejadas e integradas a nível de bacia; 9-Coleta de lixo e disposição final adequada; 10-Educação ambiental; e 11-Demarcação, divulgação e conservação de áreas sujeitas a inundações.

⁵Mais detalhes sobre esse assunto poderão ser verificados no artigo de Eugene A. Rosa “Modern Theories of Society and the Environment: The Risk Society”, 2000. In “Environment and global modernity”.

(As obras consultadas em língua estrangeira foram traduzidas livremente pelo autor do texto).

Referências

BECK, U. **Risk Society**: towards a new modernity. Translation: Mark Ritter. London: SAGE Publications Ltd., 1992.

_____ The reinvention of politics: towards a theory of reflexive modernization. In Beck, U., Giddens, A. and Lash, S., **Reflexive Modernization**: Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order. Cambridge: Polity Press, p. 1-55.

_____ A reinvenção da política. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S.: **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP. 1997.

_____ Momento Cosmopolita da sociedade de risco. Tradução: Germana Barata e Rodrigo Cunha. **Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**. 2008a Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=41&id=501>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

_____ **Conditio Humana**: Il rischio nell'età globale. Tradução: C. Sandrelli. Bari: Laterza. 2008b.

CHAGAS, M. Tragédia no Rio deve ser levada em consideração no debate da revisão do Código Florestal. **Ambiente Brasil**. Disponível em: <<http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2011/01/18/65317-para-analistas-tragedia-no-rio-deve-ser-levada-em-consideracao-no-debate-do-novo-codigo-florestal.html>>. Acesso em: 19 jan. 2011.

CHEVITARESE L., PEDRO, R. M. R. Risco, poder e tecnologia: as virtualidades de uma subjetividade pós-humana. In: **Anais do Seminário Internacional de Inclusão Social e as Perspectivas Pós-estruturalistas de Análise Social**. Recife: CD-ROM, 2005, 27p.

CONNECT BRAZIL. **Tragédia no Rio é a maior do País**. Disponível em: <<http://connectbrazil.blogspot.com/2011/01/tragedia-no-rio-de-janeiro-e-maior-da.html>> Acesso em: 17 jan. 2011.

COSTA, H. **Enchentes no Estado do Rio de Janeiro** – uma abordagem geral. Rio de Janeiro: SEMADS, 2001, 160p.

DANA, F. **Deslizamento em morro de Nova Friburgo na região serrana do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI4895327-EI17544,00->> Acesso em 17: jan. 2011.

DUARTE, F. C.; MONTENEGRO, J. F. AÇÃO COLETIVA NA SOCIEDADE DE RISCO. **Anais do XVII Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do CONPEDI**, 2008.

GOLDBLATT, D. **Teoria social e ambiente**. Tradução: Ana Maria André. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

LUPTON, D. **Risk**. New York: Routledge, 1999.

MARANDOLA JR., E.; FERREIRA, Y. N. **Epistemologia dos riscos, ética e cultura: a modernidade no espaço e no tempo**. (relatório de pesquisa, 2004).

MARINO, A. **Deslizamentos em morros do Rio do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em <<http://movimentohabic.blogspot.com/>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

MENDONÇA, F. Riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos: a contingência climática. **Mercator**, Fortaleza, Volume 9, número especial 1, dez. 2010, p.153-163.

MONTEIRO, A. A cidade: um espaço de (des)encontros entre a evolução do conhecimento e a qualidade de vida dos seres humanos. **Mercator**, Fortaleza, Volume 9, número especial 1, dez. 2010, p. 7-23.

ROSA, E. A. Modern theories of society and the environment the risk society. In: SPARGAREN, G.; MOL, A. P. G.; BUTTEL, F. H. **Environment and global modernity**. London: Sage, 2000, p. 73-101.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

RESUMO

Este artigo aborda analiticamente os pensamentos de Ulrich Beck sobre os riscos do planeta Terra. Este pensador alemão, que formulou os fundamentos dos "Riscos Sociais", na década de 1980, passa a ser mundialmente conhecido somente na década seguinte, quando a sua obra "Risk Society" foi traduzida para o inglês. Após essa publicação, Beck publicou várias obras, cujas temáticas sempre foram voltadas para compreender a sociedade contemporânea. Os conteúdos da sua pesquisa sempre foram embasados nas discussões sobre o ambiente e as atividades humanas, do ponto de vista ecológico e político. Considerado como um filósofo e analista crítico da sociedade pós-industrial, fez alertas sobre as emergências e as incertezas do século XXI, considerando o presente momento como "Cosmopolitan Moment". Esta característica contemporânea, que gera um impulso cosmopolita, possibilita transformações da sociedade atual, onde os níveis local, nacional e global se revestem de simultaneidade, abrindo espaços sobre mudanças culturais, solidariedade, racionalidade, liberdade, democracia e legitimação. É a nossa própria condição e opção da sociedade de conhecimento. Os Riscos Sociais são complexos e representam riscos para toda a sociedade. Os riscos estão onipresentes, não respeitando fronteiras políticas ou culturais e pela sua incalculabilidade, e des-localização, tanto no espaço como no tempo, torna-se imprevisível. Desta forma, estamos diante de grandes desafios sociais, político-econômicos e financeiros, onde mudanças paradigmáticas culturais e políticas terão que ser assumidas.

Palavras-chave: Ulrich Beck. Riscos Sociais. Momento Cosmopolita. Pensamento Ambiental. Planeta Emergente. Riscos Ambientais.

ABSTRACT

This paper discusses analytical Ulrich Beck's thoughts about the risks of planet Earth. This German thinker, who formulated the concepts of the "Social Risks" in the 1980s, becomes widely known only in the following decade, when his book "Risk Society" was translated into English. After this publication, Beck published several works, whose themes have always been directed to understanding contemporary society. The contents of his research have always been based on discussions about the environment and human activities, under ecological and political views. Regarded as a philosopher and critical analyst of post-industrial society, he made alerts about emergencies and the uncertainties of XXI century, considering the present moment as "Cosmopolitan Moment". This contemporary feature, which created a cosmopolitan pulse, enables transformations of modern society, where the local, national and global levels are simultaneity, opening spaces on cultural changes, solidarity, rationality, freedom, democracy and legitimacy. It is our own condition and choice of the knowledge society. The Social Risks are complex and pose risks to society. The risks are omnipresent, not respecting political or cultural boundaries and its incalculability, and de-localization, both in space and time, and it becomes unpredictable. Thus, great social, political, economic and financial challenges are faced, where cultural and political paradigm transformations have to be assumed.

Keywords: Ulrich Beck. Social risks. Cosmopolitan Moment. Environmental thinking. Planet Emergent. Environmental Risk.

Agradecimento:

A Carlos Roberto Ballarotti, Mestre em História Social, que colaborou na sistematização e normalização do artigo.

Informação sobre a autora:

¹Yoshiya Nakagawara Ferreira – <http://lattes.cnpq.br/6035814647625735>
Geógrafa, Doutora e Pós-Doutora – USP, Visiting Professor da Universidade de Tokyo, Japão.
Contato: yoshiyanf@gmail.com



OLAM - Ciência & Tecnologia, Rio Claro, SP, Brasil - ISSN: 1982-7784 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](#)

Enviado em: 11-03-2011

Aceito em: 28-03-2011